

1 ATA DA 65ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE  
2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL – CIEA

3 No dia 28 de março de 2019 ocorreu a 65ª Reunião Ordinária da Comissão Interinstitucional  
4 de Educação Ambiental - CIEA, no auditório da Secretaria de Desenvolvimento Econômico -  
5 SDE, com os representantes abaixo relacionados. Após a verificação de *quórum*, Zanna  
6 Maria Rodrigues de Matos - SEMA cumprimentou a todos e apresentou a pauta da reunião  
7 com os itens: **1.** Apresentação da pauta da 65ª Reunião e Aprovação das Atas das  
8 Reuniões Ordinárias (63ª e 64ª); **2.** Avaliação dos Encaminhamentos da 64ª Reunião  
9 Ordinária da CIEA; **3.** Devolutiva da SEPLAN em relação às contribuições da CIEA ao PDI  
10 2035; **4.** Apresentação da proposta de recomendação para Formação de Professores em  
11 EA na Bahia; **5. 6.** Apresentação da proposta do novo Regimento Interno e contribuições; **7.**  
12 Escolha do representante da Sociedade civil para coordenação da CIEA; **8.** Informes, **9.**  
13 Avaliação e encerramento. Zanna Matos – Sema informou que as atas foram enviadas  
14 juntamente com a convocatória da reunião. Jorge Farias – ABENFAC sugeriu que fosse feita  
15 a inversão de pauta e a escolha da representação da sociedade civil para a coordenação  
16 ficasse depois dos informes e todos concordaram com a inversão. Bernadedth Rocha -  
17 UMBU, fez um apelo a superintendente da Sema Claudemir Nonato em nome da Comissão  
18 de que ele assumo o compromisso de fazer com que o decreto de regulamentação da lei de  
19 educação ambiental seja publicizado, e a lei foi sancionada em 2011 e até hoje aguarda-se  
20 o decreto.

21 Claudemir Nonato – Superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental–SPA/Sema  
22 informou que entrou em contato com a SEC, solicitando que acelere sua parte do decreto  
23 para ser encaminhado para a Casa Civil e ser publicado.

24 Zanna Matos - SEMA perguntou se as atas estavam aprovadas, todos estavam de acordo e  
25 as atas foram aprovadas e assinadas.

26 Passou-se para o próximo ponto de pauta a Devolutiva da SEPLAN em relação às  
27 contribuições da CIEA ao PDI 2035 - Plano de Desenvolvimento Integrado.

28 Roberto Maximiano - SEPLAN pontuou em relação à devolutiva da SEPLAN que ainda  
29 estavam sendo trabalhados dois eixos para a finalização, o eixo de gestão e o de  
30 assistência social e garantia de direitos e por isso não havia trazido o documento que a  
31 Comissão entregou para ser preenchido, e solicitou desta forma que esta devolutiva do  
32 documento fosse feito na próxima reunião, para vê o que foi encaminhado e para onde foi  
33 encaminhado. Destacou que 85% foram trabalhados, a maioria das coisas propostas pela  
34 Comissão já estavam no PDI. Informou que os objetivos do PDI para alguns eixos que  
35 dizem respeito à educação ambiental, como: meio ambiente e segurança hídrica, educação,  
36 desenvolvimento rural, então vai ter a possibilidade de vê que a maioria dos objetivos que

37 estão no PDI contempla e muito das propostas da CIEA. Após esse esclarecimento  
38 apresentou o que foi desenvolvido no Volume I do PDI desde suas etapas de elaboração;  
39 eixos temáticos; os diálogos estratégicos com a sociedade; as conquistas, os desafios e as  
40 oportunidades; as atividades realizadas na construção do volume I; dimensões estratégicas-  
41 idéias/força e mencionou que o volume II do PDI ainda está em fase de construção.  
42 Disponibilizou a apresentação para quem tivesse interesse.

43 Após apresentação passou-se para os questionamentos e dúvidas dos participantes da  
44 reunião.

45 Rosalvo de Oliveira– SEMA, convidado da reunião, pontuou que foi um avanço ter colocado  
46 o bioma costeiro, porque muitas das publicações da SEMA fala que o estado da Bahia  
47 possui três biomas quando na realidade possui quatro biomas e sugeriu ao mesmo tempo  
48 acrescentar o marinho, ficando desta forma Bioma Costeiro e marinho; outra questão era  
49 que precisaria incluir ainda na questão do meio ambiente e economia a discussão da  
50 economia de baixo carbono e circularidade, por que esses são os debates que estão sendo  
51 feitos no mundo; e outra questão que merece a atenção não só da CIEA, mas também de  
52 quem está no PDI é a questão da discussão mundial que está sendo feita referente aos  
53 objetivos do Desenvolvimento sustentável, que era uma melhoria dos objetivos de  
54 desenvolvimento do milênio e achava que deveriam casar o PDI e no próximo PPA que é a  
55 discussão mundial dos objetivos dos desenvolvimento sustentável (ODS), que é uma  
56 melhoria e um avanço da questão dos objetivos do desenvolvimento do milênio e deve casar  
57 o PDI com os objetivos do desenvolvimento sustentável, pois concatena uma articulação  
58 local, estadual e nacional com o que está ocorrendo no mundo. Inclusive a nação brasileira  
59 assinou e aprovou participar e estimular os ODS.

60 Roberto Maximiano - SEPLAN disse que anotou sobre a economia de baixo carbono e  
61 circularidade e em relação ao ODS serviu como base de referência para o PDI, porém o  
62 governo estadual não adotou e não assinou os ODS e por isso não tem obrigação de segui-  
63 los.

64 Silvio Roberto - SESAB pontuou que como não apresentou o documento completo,  
65 questionou referente à preocupação em relação às barragens, devido às tragédias que  
66 aconteceram e as que poderão acontecer, inclusive na Bahia.

67 Roberto Maximiano - Seplan respondeu que isso estava posto na parte de segurança  
68 hídrica, mas isso não está detalhado, porque era uma diretriz de conservação, preservações  
69 e de manutenção de barragens, sendo uma diretriz como um elemento para o futuro 2035 e  
70 isso cabe nos PPA's. Esclareceu ainda que a parte tática e operacional vai para o PPA e  
71 para LOA e a parte estratégica iria para o PDI, inclusive o PPA irá começar no dia 05 de

72 abril de 2019 vai ser apresentada as secretarias e vai ser dado o start inicial ao PPA 2020 -  
73 2023, disse ainda que realizam escutas sociais nos 27 territórios de identidade da Bahia.

74 Ely Pimenta - SEPLAN complementou que o PDI para 2035 e os planos dialogam entre si,  
75 então o PDI era de longo prazo que será implantado através de quatro Planos Plurianuais -  
76 PPA's e cada PPA vai ser implantada através da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e  
77 Lei Orçamentária Anual – LOA. Então o que vai ser feito de agora em diante são oito  
78 oficinas de capacitação das Secretarias em como elaborar o PPA e a SEPLAN dará apoio  
79 as secretarias com a capacitação na metodologia de elaboração do PPA. Salientou que  
80 quem vai elaborar o PPA são as próprias secretarias de acordo com sua política.

81 Lilite Cintra – Gambá convidada questionou se no documento final que não terá algum  
82 capítulo definindo o zoneamento Ecológico econômico – ZEE do Estado, a partir do  
83 zoneamento que foi feito para saber que áreas do estado que são tocáveis, quais as mais  
84 ou menos tocáveis e assim por diante, especialmente no caso da mineração que realmente  
85 é preocupante e atualmente cada vez mais.

86 Roberto Maximiano – SEPLAN informou que esse é o ZEE, por que este vai ser usado sim  
87 para o PDI e também para o PPA, mas o ZEE seria usado a partir de abril por que já tem o  
88 direcionamento do secretario de planejamento vai colocar o ZEE em execução, sendo  
89 considerado no PDI, mas, a regionalização do PDI ainda será feita na etapa 2 e 3.

90 Sara Guimarães - Rebal fez um apelo a representação do poder público e sociedade civil,  
91 que estarão nesses processos de elaboração do PPA, sobre as questões das barragens que  
92 tem chegado a tona por causa das tragédias, pois percebe-se que as pessoas que moram  
93 no entorno de barragens se preocupam muito com o perigo de rompimento, mas existem  
94 perigos bem maiores do que o rompimento que são alertados por funcionários da DNOCS -  
95 Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o qual é encarregado da manutenção e  
96 que sinalizam que não se encontra mais estrutura para realizar a manutenção, e que as  
97 comportas são os maiores problemas, pois não tem manutenção e elas podem travar ou  
98 serem fechadas. Ressaltou que a fiscalização, o controle social ocorre de forma mais  
99 preocupada e não apenas pedindo análise da questão do rompimento, mas, também de  
100 questões de infra-estrutura bem mais corriqueiras.

101 Edimilson dos Santos - CET – Bioma Caatinga pontuou que se preocupa com o diálogo dos  
102 documentos, inclusive das definições de prioridades e que lembrava de ter sido feita uma  
103 observação na ultima reflexão sobre o PDI 2035, daquilo que estavam colocando como  
104 elemento e algumas coisas seriam de forma imediata para o PPA e não cabia no momento  
105 uma visão de futuro e fizeram uma observação por conta da própria metodologia de  
106 definição das prioridades, ressaltou que teve as escutas territoriais, tinham uma dinâmica  
107 dos territórios elencar 40 propostas e o governo diminuiu para 30 propostas, mas , que

108 reconhecia que isso faria com que fosse posto algo que seria de fato realizado. Em seguida  
109 perguntou, qual seria o olhar da CIEA para o PPA, afim de garantir também coisas que  
110 achem importantes de imediato para o PPA de agora e como poderiam acompanhar essa  
111 formatação do PPA para que o mínimo daquilo que pensam de educação sejam garantidos  
112 já nesse momento inicial?

113 Zanna Maria - SEMA sinalizou que foi tocado em um ponto muito importante, já que estão  
114 ocorrendo às escutas territoriais, então é mais um momento de se participar nos território e  
115 tentar garantir tudo que já foi pleiteado pela CIEA.

116 Roberto Maximiano - SEPLAN informou que a novidade para esse PPA, era que as escutas  
117 estariam acontecendo num período anterior ao lançamento, ou seja, ouviria primeiro a  
118 sociedade, depois sistematizaria essa escuta social e depois levariam para as rodadas das  
119 mesas programáticas, o que não havia acontecido no ultimo PPA.

120 Zanna deu continuidade apresentando o extrato dos encaminhamentos da reunião passada,  
121 sinalizando que o que foi planejado foi cumprido.

122 Passou-se para o ponto de pauta referente à proposta da recomendação para a formação  
123 de professores em educação ambiental nos municípios. Fábio Barbosa - SEC informou que  
124 na ultima reunião que tiveram em dezembro ficou encaminhado de fazer uma proposta de  
125 recomendação acerca dos processos formativos dos professores, foi iniciado um diálogo em  
126 um grupo específico da CT de Educação Formal no mês de fevereiro, porém com as  
127 mudanças internas e estruturais da SEC e também houve a alteração no Instituto Anísio  
128 Teixeira – IAT, responsável pela formação de professores. A partir dessas mudanças, foi  
129 entendido que as recomendações da CIEA, como a comissão é deliberativa no âmbito da  
130 educação ambiental, o ideal é que elas tenham condições de serem aplicadas na formação  
131 de professores. Porém, foi orientado ter um momento com a professora Cibele - IAT, para  
132 entender as novas diretrizes e a partir disso subsidiar a construção, porém não teria uma  
133 diretriz específica para educação ambiental, mas no que tange aos processos formativos,  
134 por exemplo: qual a carga horária, se vai ser presencial ou à distância, se vai estar em  
135 formato modular, ou seja, como vai se dar o processo operacional. Diante disso, como não  
136 houve condição de fazer essa interlocução interna, optaram em aguardar esse momento e  
137 fazendo uma provocação a CT na perspectiva de terem esse diálogo com o setor  
138 responsável da Educação ambiental, a nível estadual e a idéia era fazer dentro da CT da  
139 SEC um processo de diálogo com a professora Cibele inicialmente, e fazer essa mesma  
140 movimentação com a equipe da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação -  
141 Undime Bahia, uma vez que na proposta do referencial curricular do estado da Bahia,  
142 tiveram uma apresentação no ano passado do que era a base nacional comum curricular e a  
143 partir dessa apresentação também foi apreciado o texto orientador para o tema integrador

144 de Educação ambiental. E esse material atualmente encontrava - se sobre apreciação do  
145 Conselho Estadual de Educação, que após a avaliação irá homologar e a partir disso  
146 enquanto estado reconhecerá esse referencial curricular. A entrega foi feita ao Conselho  
147 Estadual de Educação e paralelamente fizeram a entrega ao presidente de Undime /Ba, de  
148 forma que esse material pudesse ser disponibilizado para todos os secretários municipais de  
149 educação e estes fizessem também o movimento junto aos conselhos municipais, de uma  
150 forma unânime e fruto de uma escuta territorial que aconteceu em outubro e novembro de  
151 2018 era que os temas integradores e principalmente a Educação ambiental foi bem  
152 recebido, essa aceitação dava condição de fazerem algumas inferências, dentre elas, os  
153 municípios irão considerar. Então, nada mais justo que essa formação de professores que  
154 seja pensada no âmbito da CIEA e que seja principalmente traduzida em uma  
155 recomendação, seja fruto de uma observação e análise desse documento e principalmente  
156 a capacidade de operacionalização dos atores envolvidos, que serão feitas pelas secretarias  
157 municipais e estaduais de educação. Diante disso, fez a proposta de fazerem esse processo  
158 de diálogo com o IAT para entenderem as novas diretrizes, assim como fazer diálogo com a  
159 Undime, de forma a construir uma recomendação que possa ser executada e aplicada e não  
160 apenas um documento de segundo plano.

161 Solange Alcântara – Educação Básica falou que além de buscarem esse diálogo junto ao  
162 IAT, que poderiam também pautar uma visita ao Secretário para que pudessem levar as  
163 demandas da CIEA e ao mesmo tempo fortalecer a coordenação de Educação ambiental.

164 Matilde Pereira – FETAG pontuou que na escola onde trabalhava em seu município, o  
165 documento da Base Nacional Comum Curricular - BNCC foi incompleto. Percebe que no  
166 município de Entre Rios havia uma resistência muito grande pela Secretaria de Educação  
167 não dialogar com a Secretaria de Meio Ambiente, cada um fazendo coisas independentes e  
168 é necessário haver essa ligação. Disse também que participa do Conselho de meio  
169 ambiente de Entre Rios e do Conselho de Educação e nesse conselho de educação nunca  
170 foi colocado a pauta a educação ambiental, então quando é levado para a escola, encontra  
171 muita resistência por parte da direção, dos professores, então solicita que a educação  
172 ambiental seja trabalhada nas escolas e não fique só na Secretaria de Educação.

173 Ana Liberato – Secult falou que entendia a inquietação da professora Matilde, pois há  
174 muitos anos vinham lutando pela inserção da disciplina de educação patrimonial nas  
175 escolas, e como todos sabem o meio ambiente faz parte do patrimônio e perguntou como a  
176 SEC vê essa questão do meio ambiente e o patrimônio?

177 Fábio Barbosa - SEC pontuou que era bastante pertinente a questão do processo de  
178 diálogo com os gestores, é fundamental para que a política seja conhecida, implementada e  
179 apoiada, pois se necessita desses atores por ser o apoio institucional para fazer acontecer.

180 Resgatou uma situação feita na CIEA em 2012 quando aconteceu à publicação das  
181 diretrizes curriculares nacionais para educação ambiental, a comissão foi provocar o  
182 Conselho Estadual de Educação, um movimento que nasceu no espaço da CIEA, a partir  
183 disso formou-se um grupo e só vieram colher os frutos em 2017. E a partir dessa  
184 movimentação teve-se a publicação das diretrizes nacionais curriculares para a Educação  
185 ambiental. Fez um histórico sinalizando que um grupo foi constituído na CIEA para  
186 sensibilizar o Conselho Estadual de Educação e lá fizeram uma apresentação no plenário  
187 com todos os conselheiros e passaram a ter conhecimento das diretrizes, neste momento foi  
188 pleiteado que o Estado representado por aquela instituição começasse a debruçar na  
189 elaboração das diretrizes curriculares estaduais, e só em 2017 tiveram um processo de  
190 consulta pública virtual e presencial que culminou na elaboração de um documento que foi  
191 aprovado pelo Conselho de Educação num formato de resolução, a resolução nº 11 que  
192 dispunha da educação ambiental no sistema educacional. Disse ainda que se pegarem os  
193 417 municípios, as 417 secretarias municipais de educação, todas elas estavam com um  
194 processo e um desafio que era a implementação da BNCC, sendo que existem escalas de  
195 prioridade e onde estaria a Educação Ambiental nesse espaço, isso vai depender da  
196 sensibilidade do gestor, da capacidade de mobilização dos movimentos sociais, colocando  
197 as escolas como principais nesse processo. Falou ainda, que não poderiam esquecer a  
198 necessidade de um processo de retroalimentação, isso dependeria de todos e esse  
199 colegiado também teria essa responsabilidade, ou seja, caberia ao município se necessário  
200 solicitar que a CT de Educação formal da CIEA fosse ao município fazer um diálogo com a  
201 secretaria municipal de educação, com as escolas e até ajudar em processos formativos,  
202 mas, que depende de um movimento que deve nascer lá no município, na escola, no  
203 território.

204 No que se refere à educação ambiental é lei, disse não saber muita informação sobre a  
205 educação patrimonial, a estratégia utilizada para que as escolas atendam ao que está  
206 preconizado na legislação vigente, por exemplo, o projeto juventude em ação era da  
207 secretaria da educação onde as questões socioambientais são inseridas como pauta  
208 prioritária e que devem ser trabalhadas pelas escolas. A dinâmica para se ter um  
209 procedimento mais padronizado é necessário diretrizes, objetivos e informações que  
210 contribuam para efetividade de determinada prática pedagógica. Informou que a SEC  
211 desenvolve um outro projeto Educação Patrimonial – EPA, tendo justamente a finalidade e  
212 era coordenado pela Coordenação de Projetos Intersetoriais – CPI.

213 Manoel Ailton - CESPECT que antes existia um departamento dentro da secretaria de  
214 educação, responsável pela educação quilombola e atualmente, mudou para educação do  
215 campo, então já não existe mais especificidade e isso foi contra toda uma construção que já

216 havia sido feita, desde as conferências, e que essa desconstrução perpassa também pela  
217 questão política partidária, porque sendo indicados cargos por deputados que muitas vezes  
218 não tem esse comprometimento com a questão da educação geral e ambiental e percebe  
219 isso na região dele. Outra questão refere-se aos conselhos municipais, em Campo Formoso  
220 foi instituído o conselho municipal há dez anos e inclusive disse que participou da  
221 construção deste conselho, e hoje em dia a instituição da qual ele faz parte nem o titular  
222 nem o suplente tem participado das reuniões, justamente porque tem visto a visão dessas  
223 pessoas que são manipuladas pelo poder público que compõem esses conselhos. Pontuou  
224 a necessidade desses conselhos de exigirem quais municípios que já tenham sua política de  
225 Educação ambiental.

226 Neivia Lima – SDR pontuou que existe hoje dentro da SEC, o curso técnico em Meio  
227 Ambiente e em controle ambiental e seria muito interessante que houvesse uma articulação  
228 com o Centro Territorial de Educação Profissional - Ceteps - e o Centro Estadual de  
229 Educação Profissional em Saúde - CEEPS e as unidades que ministram esses cursos para  
230 fazer algo atrelado a eles, visto que se estão formando técnicos em meio ambiente e em  
231 controle ambiental e dentro da proposta de educação profissional é muito forte a questão da  
232 intervenção social, onde eles precisam pesquisar nas comunidades, precisam fazer ações  
233 de integração com as comunidades em torno das unidades, disse que isso seria um  
234 instrumento maravilhoso para avançarem na educação ambiental nos municípios. Então a  
235 proposta seria de a CIEA articular, especificamente com a educação profissional já que tem  
236 os cursos específicos da área de meio ambiente.

237 Lilith Cintra– GAMBÁ sugeriu que a recomendação que venha a ser elaborada a partir de  
238 todo esse processo não seja específica para a educação básica, mas que os termos  
239 pudessem ser usados tanto para a educação profissionalizante, quanto à básica.

240 Benadedth Rocha - Umbu solicitou para que quando Fábio - SEC enviasse a lista dos  
241 membros da CIEA para os Núcleos Territoriais de Educação - NTE's que solicitasse a eles  
242 que encaminhassem também para as secretarias municipais de educação acompanhado da  
243 resolução do Conselho de Educação.

244 Zanna Matos - SEMA solicitou ainda que poderiam fazer para as secretarias municipais de  
245 meio ambiente também, pois tem as recomendações de educação ambiental nos  
246 municípios, ou seja encaminhar todos os documentos de educação ambiental para as duas  
247 secretarias, não invalidando o trabalho de cada representante da CIEA no território de  
248 também fazer a divulgação e falar sobre o trabalho desenvolvido pela CIEA.

249 Fábio Barbosa – SEC pontuou que não podiam esquecer que na CIEA uma das formas de  
250 manifestação, era por meio de recomendação que é diferente de exigir, então não pode-se  
251 chegar para os demais colegiados e dizer quer tem que ser feito dessa forma, pois apenas

252 recomenda-se. Informou que já tinham essa ligação, o projeto juventude em ação não era  
253 restritivo a educação básica, todos os níveis e modalidades contemplados podem participar  
254 e desenvolver as ações. Dentro da estrutura da secretaria tiveram uma reestruturação, a  
255 parte relacionada a quilombolas compunha a coordenação de diversidade que na última  
256 gestão foi dissolvida e incorporada à coordenação de currículo e desenvolvimento humano.  
257 Então nessa linha, continuava nesse espaço, com as representações do ponto de vista  
258 institucional, mas, ao mesmo tempo tinham a questão da rotatividade de pessoas, que  
259 atrapalhava conseqüentemente a execução, porém a idéia era fazer uma aproximação,  
260 então ao fornecer aos NTE's a relação para caso a escola acionasse um apoio técnico que a  
261 CIEA fosse avisada e respectivos a dar essa ajuda.

262 Zanna Matos - SEMA pontuou os encaminhamentos que ficaram para esta reunião, assim  
263 como os responsáveis e o prazo estabelecido.

264 Zanna Matos - SEMA pontuou que o próximo ponto de pauta seria o IV Fórum de Educação  
265 Ambiental Crítica na Bahia, evento que aconteceu ano passado na UFBA e a CIEA convidou  
266 os professores e organizadores desse evento para falar sobre esse evento, mas eles não  
267 puderam participar da reunião hoje e por conta disso passou-se para a próxima reunião. Por  
268 conta disso, esse ponto de pauta foi substituído pela proposta de calendário de reuniões  
269 2019 da CIEA: 66ª reunião dia 30/05; 67ª reunião dia 25/07, 68ª reunião dia 26/09; e 69ª  
270 reunião dia 28/11. Explicou que as reuniões costumam acontecer dia de quinta – feira em  
271 função da agenda de todos do interior ser melhor nesse dia e também para não coincidir  
272 com as agendas das reuniões dos outros colegiados que a Secex coordena. Perguntou se  
273 algum tinha alguma objeção à proposta de calendário?

274 Algumas pessoas questionaram os fatos de serem as quintas – feiras, porém foi explicado  
275 que também existem os suplentes para substituírem nas reuniões que os titulares não  
276 puderem.

277 Moacir Santos - UCSAL pediu para que fosse registrado que em algumas reuniões não  
278 poderá comparecer à tarde por já ter outras reuniões agendadas desde o mês de janeiro.

279 Zanna Maria - SEMA falou que essa era uma proposta já articulada com a ausência de  
280 outras reuniões do colegiado marcada e se fosse feita uma nova proposta de articulação ela  
281 teria que submeter a avaliação da SECEX e ficaria sem calendário aprovado inicialmente  
282 para a CIEA. A proposta de calendário foi colocado em votação e foi aprovado. Foi  
283 pontuado ainda que precisariam de uma reunião extraordinária na segunda quinzena de  
284 abril por conta do desdobramento do processo formativo, teriam que cumprir uma etapa de  
285 16 horas que teriam que cumprir a distância, fizessem uma etapa no âmbito da CIEA com os  
286 membros, tendo o prazo até 30 de abril para executar essa etapa, então a proposta da  
287 coordenação e do grupo era que marcassem uma reunião extraordinária no dia 25 de abril.



288 Manoel Ailton – CESPECT pontuou que se iam apresentar o estudo da formação no final de  
289 abril, sugeriu que a reunião não fosse próxima da data final e que fosse a partir do dia 15.  
290 Zanna pontuou que era impossível por conta do feriado e não teria tempo hábil para realizar  
291 a logística, então foi sugerido 23 de abril e todos concordaram.

292 Passou-se para o próximo ponto de pauta sobre a Apresentação da Proposta do Novo  
293 Regimento Interno e as Contribuições. Relembrou que cada câmara técnica se debruçou no  
294 documento do regimento fez as contribuições e depois encaminhou essas contribuições  
295 para o GT do Regimento (SEMA, SEC, GAMBÀ, UMBU, REABA, UNEB) que foi deliberado  
296 em plenária. Esse GT tiveram três reuniões a partir das contribuições passadas pelas  
297 Câmaras técnicas, foram sistematizadas e analisadas essas contribuições que resultou em  
298 uma minuta. Explicou que o tramite desse documento após a aprovação da CIEA, seria ser  
299 encaminhado a SECEX, posteriormente encaminhado para análise da Assessoria especial  
300 da Sema para verificar se existe alguma inconformidade e depois aprovado e publicado.

301 A idéia hoje é fazer a leitura dinâmica do documento e o que tiver destaque cada um anota,  
302 e depois retornaria para discussão. O documento foi lido por Sara Reis – Rebal

303 Zanna ressaltou que existem alguns parágrafos em vermelho, que eram propostas feitas  
304 pelo GT e as contribuições das Câmaras técnicas para inclusão e o preto é o que já faz  
305 parte do documento atual.

306 Lilith – Gambá pontuou que era muito importante do ponto de vista conceitual que ficasse  
307 marcada a história, porque no decreto de criação de 2004 a CIEA era considerada um  
308 colegiado deliberativo, e depois essa questão de ser deliberativa foi discutida e revista  
309 durante um tempo, tentou que virasse apenas uma Comissão consultiva e a partir de muita  
310 discussão se considerou que ela era deliberativa no seu âmbito da lei que foi colocada.

311 Zanna Matos lembrou que o regimento interno para ter valor, ele viraria uma resolução e  
312 nessa resolução que vem descrito todo histórico, então estariam trazendo esse histórico da  
313 resolução que resolve para dentro do regimento. No que se refere à composição da CIEA,  
314 no item II poder público estadual, informou que uma câmara técnica solicitou a exclusão da  
315 Seagri devido à falta de participação desta Secretaria nas reuniões e a inclusão da SDR.  
316 Disse também que incluíram o INEMA como membro oficial e todos concordaram.

317 Dos representantes do poder municipal foi acrescentado para ficar no mesmo padrão dos  
318 outros segmentos e incluíram um representante da região da Chapada Diamantina porque  
319 antes não tinha isso, ficando desta forma cinco representantes do poder municipal. Quanto  
320 às representações das ONG's não houve alteração. No que se referem às representações  
321 de povos e comunidades tradicionais eram dois e foi incluído mais um. Nas representações  
322 de redes eram duas, foi incluída mais uma, ficando REABA, REJUMA ou REBAL e ai a  
323 titularidade e suplência e um representante da Associação de Escolas de Famílias Agrícolas

324 ou da Rede de Famílias Agrícolas. No que diz respeito às representações de instituições de  
325 ensino teve modificações, pois já dizia que a vaga era de universidades estaduais  
326 específicas, aí foram colocadas duas vagas para universidades estaduais da Bahia, e foi  
327 colocada mais uma vaga para representantes de Universidades Federais, na Bahia, visto  
328 que aumentaram a quantidade de universidades federais.

329 Fábio Barbosa – SEC sugeriu colocar instituição de ensino superior particular ou  
330 comunitária, pois desta forma contemplariam todas essas instituições. No que se refere à  
331 representação do ensino básico sugeriu colocar instituições do ensino básico, e se  
332 contemplaria ensino público ou ensino privado ou os dois.

333 Zanna Matos - SEMA disse que essa reflexão trazida por Fábio deveria ser feita até porque  
334 o regimento era um documento que deveriam estar pensando em não mudar o tempo  
335 inteiro, então a retirada ou a inclusão de algo tinha que ser muito bem pensado, mesmo que  
336 não estivesse funcionando hoje, mas, era um indicador que gostariam de atingir essa  
337 articulação ou não, e isso que era o que tinha que ser pensado.

338 Lilith Cintra – GAMBÁ pontuou que a composição da CIEA engloba três setores sendo,  
339 poder público: federal, estadual e municipal; as instituições de ensino eram o segundo setor  
340 e envolvia tanto instituições públicas quanto privadas. E sociedade civil: Ong's, setor  
341 patronal e trabalhadores e comunidades tradicionais. Disse ainda que o setor de ensino  
342 ficou assim porque se entendeu na época que se construiu a CIEA e depois nas revisões  
343 foram feitas posteriormente, foi que o setor de ensino não é especificamente, ainda que seja  
344 ensino público ele não estava totalmente vinculado ao Poder Público e nem totalmente  
345 vinculado a Sociedade Civil, assim se compreendeu. Disse também, quando se pensa na  
346 universidade e na participação de alguns representantes da universidade seria um campo  
347 neutro, assim se entendeu inicialmente, então, por isso que tinham essas nuances.

348 Zanna Matos – SEMA falou que na redação não deveria ser “Representação de instituições”  
349 e deveria permanecer como estava antes, pois estavam entendendo profissional, o  
350 professor, e incluiu de fato o público e privado, também o modelo de redação sobre a  
351 escolha seria resolvido depois.

352 Fábio Barbosa - SEC pontuou que deveria incluir que o profissional estivesse vinculado a  
353 uma instituição que tivesse código INEP, ou seja, que ela estivesse atuando em uma  
354 instituição de ensino e isso seria uma condicionante. Sugeriu colocar na redação.

355 Zanna Matos – Sema informou que ainda na parte da composição foi incluído 01 (um)  
356 representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, na Bahia -  
357 UNDIME-BA.

358 Zanna ponderou de finalizar a leitura do regimento e prosseguir com a pauta da CIEA e  
359 todos ficam com o dever de casa de fazer a leitura do regimento para na próxima trazer as  
360 contribuições para fecharem o documento e todos concordaram.

361 Manoel Ailton - CESPECT pontuou que no parágrafo 2º é questão de conceito, deve-se  
362 colocar povos e comunidades tradicionais, pois comunidades são consideradas os  
363 quilombolas, já os indígenas e ciganos são povos.

364 Zanna ainda falou sobre o parágrafo do Ensino Básico que precisariam se debruçar nessa  
365 redação. Também no parágrafo 13 era novidade, que era o § 11 seriam indicados pela  
366 UNDIME. Por fim ela disse que na próxima reunião ordinária fechariam o documento.

367 Zanna Matos - Sema no que se refere aos informes, pontuou que nos dias 25, 26 e 27 de  
368 março ocorreu em Mata de São João uma oficina de formação de formadores em avaliação  
369 e monitoramento de Educação Ambiental, esse evento foi destinado a profissionais,  
370 gestores e educadores que implementam e executam a Política Estadual de Educação  
371 Ambiental ou alguma política pública de educação ambiental. A realização desse evento foi  
372 da Articulação Nacional de Políticas Públicas de Educação Ambiental – ANPEA, colegiado  
373 de instituições que tem um projeto específico com o objetivo de construir e elaborar  
374 coletivamente os indicadores de monitoramento de políticas públicas de Educação  
375 ambiental. Disse ainda que esse processo já estava acontecendo a dois anos atrás, e vem  
376 construindo ao longo desse tempo com mais de 600 pessoas envolvidas em uma proposta  
377 participativa de construção de indicadores, chegando a 27 indicadores em 8 dimensões e o  
378 momento atual encontra-se numa fase de realizar oficinas regionais no Brasil inteiro para  
379 capacitar e formar formadores a partir desses indicadores construídos pelo grupo. Informou  
380 que esse projeto foi idealizado pela OCA um grupo de pesquisa e educação ambiental da  
381 USP (Piracicaba) e este projeto está sendo financiado pelo FUNDEA – Fundo Brasileiro de  
382 Educação Ambiental. Disse também que receberam a etapa nordeste e a idéia dessa  
383 fase foi de uma carga horária presidencial e complementar uma carga horária dessa  
384 formação à distância, tendo sido elaborados planos de ação, no qual foi planejado um pouco  
385 a forma que se dará essa etapa de carga horária de 16 horas à distância e o ANPEA só  
386 emite os certificados a esses formadores se estes tiverem cumprido 100% da carga horária.  
387 Na etapa do Nordeste a SEMA e a SEC esteve em toda a organização junto com a ANPEA  
388 coordenando e tiveram também parceiros locais do município de Mata de São João.  
389 Informou que disponibilizaria todo o material que foi usado nesses três dias para se  
390 apropriarem. Outro informe foi sobre a resolução Cepam 4.610, referente a educação  
391 ambiental na regulação. Explicou que foi instituído um GT para elaboração de um  
392 documento técnico orientador que deve ser vinculado a essa resolução, disse que essa  
393 resolução só passaria a estar em vigência no estado da Bahia a partir do momento da

394 publicação desse documento, o GT fez esse documento no tempo estipulado, e encaminhou  
395 para a presidência do Cepram e na reunião de amanhã do Cepram esse documento vai  
396 estar em pauta para então poder ser publicado então entrar em vigência a resolução 4.610  
397 que regulamenta a Educação Ambiental na regulação. Saliou que este é um momento  
398 muito importante para a CIEA, pois vai qualificar essas condicionantes do licenciamento.  
399 Zanna informou que como a Gestão da CIEA foi reconduzida Biênio 2018/2020, a SECEX  
400 estava encaminhando ofícios para as instituições, informando da recondução e se  
401 manteriam ou indicariam novos representantes.

402 Lucas Vieira - IBAMA pontuou interesse do IBAMA em integrar a Comissão e sinalizou que  
403 a superintendência ainda não tinha recebido ofício solicitando a indicação.

404 Zanna informou que o ofício foi encaminhado para o Ministério do Meio Ambiente, e que  
405 deve chegar ao Ibama, mas pediu para deixar o contato do Ibama para reencaminharem o  
406 ofício.

407 Lilite Cintra - Gambá solicitou que fosse feito um ofício da SECEX convidando pessoas que  
408 tenham interesse em educação ambiental e na comissão e nesse caso se colocava a  
409 disposição para ser convidada novamente para participar das reuniões da CIEA, porque é  
410 interessante que fique registrado, pois disse que foi convidada para participar de um GT e  
411 seria bom que isso fique oficializado.

412 Zanna Matos - Sema pontuou que qualquer pessoa que fosse convidada a participar da  
413 CIEA como convidada, indique a coordenação e esta encaminha a solicitação a SECEX  
414 para encaminhar esse convite.

415 Edimilson dos Santos - BIOMA CAATINGA informou que aconteceu nos dias 14 e 15 de  
416 março a reunião do Fórum Estadual que discute a política de convivência com o semi-árido  
417 para a construção das diretrizes e objetivos do seu plano e registrou que além de outras  
418 discussões, um dos temas foi a questão da Educação ambiental para o semi-árido na  
419 estrutura do plano, nesta ocasião sinalizou que ele tentou contribuir na construção das  
420 diretrizes. Informou ainda que em Curaçá aconteceu a semana mundial da água com várias  
421 atividades com foco nos recursos hídricos nas escolas e no dia 26 de março em Curaçá teve  
422 a instalação do Projeto Ararinha Azul, na unidade de Conservação Federal que tem em  
423 Curaçá, com presença do presidente do CMBIO discutindo a continuação da implementação  
424 do projeto.

425 Ana Cláudia Oliveira - EDUCAÇÃO BÁSICA entregou um encarte do município de Lauro de  
426 Freitas, onde ela reside e atua profissionalmente e o município vem sempre atuando na  
427 questão socioambiental do rio sapato que é o único rio urbano do município, tendo  
428 evidentemente contribuições do esgotamento sanitário, mas ainda existe todo um  
429 ecossistema nas margens desse rio, apesar que a mata ciliar já se foi a muito tempo, então

430 gostaria de deixar registrado que a Associação de moradores de Ipitanga, e que associação  
431 participou de um edital do Fundo Casa, foi um edital que poderia ter uma entidade parceira,  
432 pois a associação não tem CNPJ, então conseguiu-se que a Ong Terra Mirim, de Simões  
433 Filho pudesse ser parceira da associação, para que pudessem conseguir entrar nesse  
434 edital, cujo edital era um projeto de Educação Ambiental para fomentar a importância do rio  
435 sapato nas escolas do ensino fundamental II do entorno, disse que ganharam esse edital  
436 nível estado da Bahia, foi um valor de R\$ 30.000,00 e com parte desse recurso a  
437 associação utilizou para aquisição de equipamentos como data show, notebooks, fizeram  
438 camisas e esta semana está acontecendo as oficinas na escola municipal Gregório Pinto de  
439 Almeida e demais escolas do entorno. Pontuou que a associação tem um prazo até junho  
440 para executar essas oficinas. Informou que na Semana da água envolveu os alunos do  
441 segundo e terceiro ano, a pensarem em um projeto científico, gerando algum produto que  
442 ele possa ser o protagonista e apresentar isso no Seminário SOS Joanes que acontecerá  
443 em Maio. Para isso disse que orientou que os alunos fizessem um curso de trinta horas no  
444 site da Febras de metodologia e elaboração de projetos, pois não teria tempo de em duas  
445 horas de aulas semanais orientar eles nesse projeto científico. Informou também que  
446 fizeram uma petição pública para poderem solicitar a delimitação para o futuro parque  
447 ecológico do Rio de Ipitanga.

448 Joás Brandão - GAP informou que pesquisou sobre a verba para as hortas nas escolas e  
449 Palmeiras não foi contemplada com essa verba, então iniciaram lá em Palmeiras a fazer o  
450 as hortas nas escolas, porque via que precisavam tomar essa iniciativa e cada um tem que  
451 fazer sua parte e não ficar esperando somente pelos governantes.

452 Matilde - FETAG disse que no município de Entre Rios está se tentando fazer uma Unidade  
453 de Conservação e recentemente aconteceu uma reunião com os vereadores e para a  
454 decepção dois dos vereadores do litoral só queriam saber do desenvolvimento econômico e  
455 o desenvolvimento ecológico para eles é um nada, vai ser uma batalha, mas estão contando  
456 com o apoio da UNIVASF – Universidade localizada em Senhor do Bonfim e pontuou que  
457 esta foi uma demanda que veio da comunidade e das oficinas dos planos plurianuais do  
458 PDDM. Informou também que em apoio da UNIVASF, a comunidade e a prefeitura vai ser  
459 realizado um curso de condutores ambientais para estarem formando e qualificando a  
460 própria comunidade, pois não adianta está querendo Unidade de Conservação e trazer  
461 pessoas de fora e sim um turismo de base comunitária. Para finalizar solicitou o apoio de  
462 todos, caso precise de uma moção da CIEA para ajudar a fortalecer o movimento de  
463 instalação dessa Unidade de conservação.

464 Silvio Roberto - SESAB informou sobre a 16ª Conferência Nacional de Saúde que  
465 aconteceria nos dias quatro a sete de agosto e que para ocorrer essa conferência nacional

466 teriam que ser realizado as conferências municipais e estaduais de saúde, disse que era  
467 muito importante que as pessoas do interior participassem dessas conferências. Ressaltou a  
468 importância da participação porque o Sistema Único de Saúde está correndo um risco  
469 enorme de retrocesso, no qual a portaria do governo temer já diminuiu o recurso para a  
470 saúde. A conferência estadual será em Salvador de nove a treze de junho e as municipais já  
471 estão acontecendo. Informou sobre a situação do uso de agrotóxico em Mutuípe, inclusive  
472 teve uma suspeita que uma criança foi a óbito por suspeita de ingestão por contaminação  
473 por agrotóxico, ainda não se tem a confirmação, pois estão sendo realizados vários exames  
474 para comprovar. Por conta disso foi deflagrado o projeto Mutuípe uma ação conjunta entre  
475 secretarias do meio ambiente, secretarias saúde, secretarias de educação, secretarias de  
476 agricultura tanto estadual, quanto municipal e um trabalho de pesquisa da UFBA, através da  
477 faculdade de Nutrição fazendo ações tanto do ponto de vista de fiscalização como no ponto  
478 de vista de preparação educacional dessas pessoas, pois é terrível o que está acontecendo,  
479 pois o Agronegócio sabe que pulveriza o agrotóxico de todos os jeitos, mas o que está  
480 acontecendo é que o pequeno agricultor também está utilizando de agrotóxico.

481 Moacir Tinoco - UCSAL informou que a Ucsal tem uma ação em que participa de um projeto  
482 de coletas de resíduos em ambientes de praia e tem ido a todo litoral de Salvador até  
483 Mangue Seco, um grupo de trinta a quarenta alunos onde se coleta os resíduos nas praias e  
484 submerso e depois traz estes resíduos tria, pesa, qualifica, separa e encaminha e ao  
485 mesmo tempo faziam o perfil do usuário da praia entrevista as pessoas para saber que  
486 público é esse, de onde ele vem, o que ele faz, porque está ali, ou seja, tem um questionário  
487 padrão e monta uma tenda e expõe aqueles resíduos e fazem um trabalho bacana de  
488 educação ambiental. Convidou todos do CIEA a participarem da ação e falou que sempre irá  
489 socializar no grupo quando for acontecer uma ação. E falou da importância de integrarem os  
490 diversos projetos que cada um sinalizou hoje.

491 Disse também que aprovaram um projeto de publicação de um livro fotográfico sobre a  
492 conservação de restinga do litoral norte da Bahia que ilustra em página dupla a poligonal do  
493 Parque das Dunas que está sendo proposto em Entre Rios e inclusive nesse livro  
494 recomenda fortemente que a Unidade de Conservação seja criada. Esses livros é um  
495 recurso gerado a partir da Lei Rouanet e eles precisam ser distribuídos gratuitamente nas  
496 escolas, principalmente públicas no território de influência do livro, que seria de Salvador até  
497 Mangue Seco, pegando o litoral norte, mas os municípios ali do recôncavo norte e do  
498 nordeste da Bahia. Diante disso, solicitou ajuda a CIEA e da SEC para que pudessem listar  
499 essas escolas com endereços e o nome dos gestores dessas escolas, para que pudessem  
500 passar isso para a editora, a qual é a responsável por encaminhar os livros e diz importante  
501 fazer uma seleção dessas escolas, pois é interessante que escola que receba este livro

502 aproveite, utilize e não deixe esse livro em um depósito escondido. Informou que têm que  
503 ser distribuídos aproximadamente mil e quinhentos livros.

504 Bernadedth Rocha –UMBU informou que na CIEA representa a Instituição, mas estava  
505 também como superintendente da prefeitura de Senhor do Bonfim, então como prefeitura do  
506 município e utilizando a resolução da CIEA, já tinham como premissa a semana de  
507 Educação Ambiental, inclusive estava juntamente com Fábio Barbosa (SEC) para fazerem  
508 uma ação conjunta com as escolas estaduais. Pontuou que na semana passada tiveram um  
509 dia inteiro de reunião com o Ministério Público para finalizar quatro Termos de Ajuste de  
510 Conduta - TACS que serão assinados por quatro mineradoras que estão no município a  
511 mais de vinte anos sem se regularizarem e para isso conseguiram fundar também a  
512 cooperativa de catadores e a prefeitura fez um projeto do galpão, o projeto de equipamentos  
513 e foi assinado o TAC junto a essas mineradoras que pagariam a título de compensação  
514 ambiental R\$ 305.000,00, onde R\$ 242.000,00 serão destinados para os equipamentos e  
515 construção do galpão, e o restante do recurso vai ser destinada para a Educação Ambiental  
516 para implantarem a coleta seletiva ( que tem a educomunicação, e mobilização presente  
517 nele) no município de Senhor do Bonfim, então isso foi uma parceria entre prefeitura e  
518 Ministério Público, isso durou um período de seis meses para acontecer.

519 Fábio Barbosa - SEC informou que foram abertas ontem as inscrições para o programa  
520 Parlamento Jovem Brasileiro, programa este voltado para os estudantes de ensino médio,  
521 onde seriam estimulados a elaborar um projeto de lei e a justificativa para o referido projeto.  
522 Pediu ajuda com a divulgação de mais uma ação de educação para a democracia. É  
523 interessante que aproveite este programa para sensibilizar os estudantes baianos a  
524 elaborarem projetos que tenham como pano de fundo a pauta sócio ambiental. A Bahia vai  
525 encaminhar um total de 44 projetos para a seleção nacional e desses 08 projetos irão  
526 representar o Estado e a depender da avaliação do cenário nacional poderiam ser  
527 encaminhados para virarem projetos de lei.

528 Manoel Ailton – CESPECT informou que no dia 18 de janeiro de 2019 ocorreu um conflito no  
529 Salitre pela água e o comitê foi convidado para uma reunião na unidade regional do INEMA  
530 com o secretário de meio ambiente na época, Geraldo Reis por vídeo conferência e  
531 posteriormente marcaram uma reunião no local do conflito e se reuniram no dia 23 de  
532 janeiro no local, que foi a divisa de Juazeiro com Campo Formoso. Depois dessa reunião na  
533 região do conflito, os agricultores se comprometeram a diminuir a retirada de água na única  
534 nascente que aflora água superficial no Salitre que é no Rio Paqui que é um afluente  
535 próximo a calha do Rio Salitre, e os agricultores colocam as cinco bombas lá de cinco  
536 polegadas e a prefeitura e o estado não dizem nada e todos das comunidades do entorno  
537 correm risco de vida, declarou inclusive que já foi ameaçado. Diante disso, no dia 19 de

538 fevereiro o comitê pautou por fazer uma deliberação, a qual consta a retirada de água  
539 máxima seria de 1 metro de água por segundo por cada produtor e o máximo de área  
540 plantada de 2 hectares, isso que tratou a deliberação do comitê, esta deliberação foi  
541 aprovada pelo comitê no dia 20, e posteriormente foi mandada para o CONERH ela será  
542 analisada pela câmara técnica de assuntos legais e institucionais.

543 Jorge Luiz - ABENFAC pontuou que a pauta foi violada por conta do tempo, adiantaram os  
544 informes e a escolha dos representantes do segmento da sociedade civil para o Biênio  
545 2019-2020 ficou para após os informes, porém, a maioria da sociedade civil iria viajar e não  
546 daria tempo, e com isso a sociedade civil foi prejudicada. Propôs como o encaminhamento  
547 de deixar esse ponto de pauta para a próxima reunião, a sociedade civil poderia ter o seu  
548 primeiro momento e deliberarem isso. Zanna encerrou a reunião agradecendo a  
549 colaboração de todos. Esta ata será assinada por todos os membros presentes.

550

551 **Membros Presentes:**

552 Zanna Maria Rodrigues de Matos – SEMA

553 Fábio Fernandes Barbosa – SEC

554 Duwillami Embirassu de Arruda – SEC

555 Paula Cristina Souza Ribeiro -SESAB

556 Roberto Maximiano Pereira – SEPLAN

557 Ana Silva Ribeiro – SECULT

558 Liana Mendes - SJDHDS

559 Sara Maria Guimarães Reis – REBAL

560 Suellen Fônseca - REJUMA

561 Matilde Pereira Gonçalves – FETAG

562 Rosana da Silva Peixoto – UNEB

563 Solange Alcântara Neves da Rocha - CEMITEC

564 Bernadedth S. Rocha Simões - UMBU

565 Jorge Luiz Faria Silva – ABENFAC

566 Joás Brandão Souza – GAP

567 Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho – CESPECT

568 Edimilson dos Santos Nascimento – Território Bioma Caatinga

569 Vanilton de Jesus Santos – Território Bioma Cerrado/Rio Corrente e Grande

570 Moacir Santos Tinoco - UCSAL

571 Jaqueline Errico – FAEB

572 Ivana Nunes de Araújo – UFBA

573 Josenildo Sousa santos – SECEX/ SEMA



- 574 **Convidados:**
- 575 Maria Alice Martins – GÁMBA
- 576 Silvio Roberto dos Santos – SESAB
- 577 Maria do Rosário – INEMA
- 578 Rosalvo de Oliveira – SEMA
- 579 Cláudio Galvão – COMPARTIQUALI
- 580 Lucas Caio Vieira - IBAMA